

MORAL E MEMÓRIA: DUAS PERSPECTIVAS DA TRÍPLICE-RAIZ DAS RAÍZES DA ÉTICA

MORALITY AND MEMORY: TWO PERSPECTIVES OF THE TRIPLE-ROOT OF THE
ROOTS OF ETHICS

Luciano Donizetti da Silva¹

Resumo: O artigo analisa a conferência *Raízes da Ética* (1964), de Jean-Paul Sartre, articulando-a com sua ontologia fenomenológica e com a relação entre liberdade, história e memória. Argumenta-se que a ética, para Sartre, coincide com o movimento histórico, surgindo da práxis situada e nunca de estruturas fixas. A partir dessa perspectiva, o texto propõe três raízes da moralidade análogas às dimensões da memória: o passado herdado e repetido pelo grupo; a incorporação individual da norma na corporeidade; e os objetos de memória que cristalizam a normatividade. Mostra-se que a moral aparece como Em-Si reificado, mas depende sempre da liberdade, que pode tanto reproduzir quanto transformar o sistema. Assim, a ética sartriana revela-se paradoxal: é porvir incondicionado enraizado em práticas históricas.

Palavras-chave: Sartre; Liberdade; Memória.

Abstract: The article examines Jean-Paul Sartre's 1964 lecture *Roots of Ethics*, connecting it to his phenomenological ontology and to the interplay between freedom, history, and memory. It argues that ethics, for Sartre, coincides with historical movement, emerging from situated praxis rather than from fixed structures. From this standpoint, the text proposes three roots of morality analogous to the dimensions of memory: the inherited past repeated by the group; the individual incorporation of norms through embodied habits; and memory-objects that crystallize social normativity. Moral rules appear as reified Being-in-itself, yet remain dependent on freedom, which can reproduce or transform the system. Thus, Sartrean ethics is paradoxical: an unconditioned future grounded in historical practices.

Key-words: Sartre; Freedom; Memory.

Introdução

A estrutura ontológica do normativo é o fato humano definindo-se a si mesmo como fim (...) e como meio de sua própria realização (...) que dá ao agente seu caráter de

¹ Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. <https://orcid.org/0000-0003-0584-7377>

meio e de fim da história, é isso que dá à história seu sentido humano (...). A mistificação consiste em fazer aceitar a figuração monstruosa do homem pelo sistema que o esmaga como se nenhuma outra forma de homem fosse possível.

Sartre (2017. pp. 404-405).

Sartre, na conclusão de sua ontologia fenomenológica, anuncia uma ética, e, em certa medida, os *Cadernos para uma Moral* cumprem esse papel; mas é representativo que o próprio filósofo não os tenha publicado em vida. E, cumpre lembrar, parte considerável dessa obra imensa aparece ainda em fase de *construção* (há trechos que não são mais que *indicativos*, conf. SARTRE, 1983, org. por A. Elkaim-Sartre). Todavia, o texto *Raízes da Ética* – ainda que possa ser considerado um texto *datado* (se é que pode haver texto *não situado*) – foi primeiro levado à público pelo próprio autor; trata-se de uma Conferência proferida no Instituto Gramsci por ocasião do Colóquio *Moral e Sociedade* (1964, editada por Jean Bourgault e Grégory Cormann, traduzido para o português, conf. SARTRE, 2017). Não se pode esquecer, essa espécie de *teoria ética* é posterior à publicação da *Crítica da Razão Dialética* (1960) e, também, deverá comportar elementos da Psicanálise Existencial *já testados em situação*, como no caso de Jean Genet (1952). De fato, Sartre jamais renega suas teses ontológicas enquanto as leva à *práxis*, primeiro como o fez no caso da psicanálise existencial do poeta, segundo, porque também deverá ser aplicada no âmbito do Marxismo: sua aproximação dessa *filosofia insuperável* não é uma conversão, mas está diretamente ligada à exigência de *admissão e assunção* da liberdade no processo do devir histórico.

Ainda, esse texto tem um complicador *situacional*, por assim dizer: é preciso lembrar que foi gestado na conturbada década de 1960 que, além da *Guerra Fria* (que exigia posicionamento), tem a ressaca vivida pela França após uma década de guerra civil (*Revolução Argelina*, 1950-1960); ainda, cumpre lembrar que esse período foi, mundialmente, um momento de ebulição social (Crise dos mísseis *cubanos*, Golpe de Estado Militar no Brasil etc.), e que exigia do intelectual uma *tomada de posição*: Sartre, então, posiciona-se sobre temas correntes e de interesse situados naquele momento histórico; isso explica *seu apoio à desobediência, à insubordinação e ao emprego da violência* (SARTRE, 2017, apresentação). De fato, para Sartre o tema da violência, quando pautado pela situação dos anos 1960 aparece como resposta *objetiva (práxis)* a uma violência *anterior*, aquela que foi instituída, e de sua fonte *invisível*

(pois faz parte da própria estrutura social), promove, promana e justifica situações de violência pontual; ora, não parece fenomenologicamente adequado combater armas com flores, ou responder à truculência oferecendo a outra face; isso seria cristianismo.

O existencialismo é mais austero, insiste Sartre; e, em paralelo à necessidade de assunção de si (sem Deus), cada homem ou mulher é responsável também por sua *situação* e, no limite, pelo *mundo todo*; pois é mundo humano, onde humanos além de engendrarem outros homens e mulheres, o fazem a partir de um *modelo normativo* (Deus ou Cultura, parte constituinte de todo grupo social, SARTRE, 1978). A violência política revolucionária é, em 1964, indicada como *contra-violência*, pois ainda que violenta, poderia ser justificada a partir da noção de Ética do Porvir: é sua práxis que a justifica, pois visa um futuro sem violência normativa, ou violência instituída; e isso, quando apresentado como *teoria ética*, responde às perguntas daquele momento: a *Guerra da Independência Argelina*. Mas essa resposta já havia sido formulada por Sartre desde a década de 1940: note-se a trajetória do personagem Mathieu, sobretudo no terceiro volume da trilogia *Os caminhos da liberdade (Com a morte na alma)* quando, por sua escolha e sabendo de seu iminente fracasso, *atira a esmo* enquanto entende que *a liberdade é o terror* (SARTRE, 1983a).

A conferência de 1964 é importante, não há dúvida: ao mesmo tempo em que propõe uma teoria ética, mantém os princípios da liberdade ontológica descritos na ontologia e não se esquiva de temas ligados ao Marxismo, já apontados na *Crítica*; e, mais, o faz a partir de um fato histórico *recente* (Revolução Argelina). Mas, tomados esses cuidados, pode-se passar, enfim, não à raiz da ética, mas *às suas raízes*, no plural; ora, em consonância com a ontologia fenomenológica pode-se indicar ao menos três dessas raízes; daí o título, *tríplice* raiz. Isso porque, pode-se antecipar, Sartre indica não a aparência, ou a proximidade, ou uma metáfora, mas a *identidade* entre ética e história: “a história e a ética se confundem” (SARTRE, 2017, p. 422), pois é do seio da história mesma que a ética, aprisionada e aprisionadora pode, *do interior*, *destruir o sistema no qual ela se aprisiona*. E isso não é pouco, pois revela um *paradoxo ético*; ou seria melhor dizer que, desse modo, a ética mesma se revela paradoxal? Sartre responde que “A verdadeira ética funda e dissolve as morais alienadas na medida em que ela é o sentido da história, isto é, a recusa de toda repetição em nome da possibilidade incondicionada de fazer o

homem” (SARTRE, 2017, p. 422). Ora, o que (ou quem) será capaz de *reconhecer* a *ética verdadeira*, senão o *futuro ainda ignorado*? Ética do Porvir.

1 Raízes da ética

Ética paradoxal, pois o futuro é incerto e imprevisível, mas, ainda assim, está *sendo feito hoje, por nós mesmos*, em colaboração com todos os demais homens e mulheres; e, claro, é justamente nesse *processo colaborativo* (e conflituoso) que se encontra a resposta para essa charada: *o homem se faz*, mas parece ser feito, *pela corporeidade, pela situação, pela facticidade*, pela História, enfim. Então, ele a faz ou é feito por ela? Paradoxo que, em termos *marxistas*, resolve-se dialeticamente pelo processo de *sobredeterminação*, pelo qual as *infraestruturas condicionariam* o agir-situado (*práxis*) em sua inteireza; a determinação seria, portanto, limite *desconhecido* da liberdade-situada. Manter o princípio da ontologia, da liberdade *absoluta* (e da responsabilidade em igual medida), requer lidar com elementos *práticos* da determinação social que parecem apontar para muito além da *escolha-pessoal-individual-objetiva*; caberia, então, dar razão a Marx? Não, pois com isso a moral não seria mais que um *aspecto ilusório* de comportamentos *inteiramente condicionados pela estrutura*: é preciso *retomar o problema do início*, afirma Sartre, o que, espero, seja consensual, pois nada mais originário que a ontologia, que *o Ser*. Se cumpre saber sobre *os solos* nos quais a ética se enraíza, parece evidente que *todos eles somente poderão advir do passado*; esse é, em regra, o destino de toda normatividade, ela é *pregressa*. E mesmo quando se trata de *sugerir algo novo* será, negativamente, uma *alternativa ao passado*: Sartre, ao alocar a *verdadeira ética* no plano futuro busca preservar a liberdade *na história*; ou seja, o futuro não é o Comunismo, nem qualquer outra Totalidade: é *nada* a ser realizado, e será resultado dessa realização *presente*.

De modo direto, se Sartre fala em *raízes* da ética, essas somente poderiam encontrar seu respaldo no passado. E com isso esclarece-se a questão aqui proposta: o filósofo identifica *Ética e História* sendo que, em sua ontologia, encontra-se também um tipo de relação muito especial entre *História e Memória*; se é verdade que $a=c$ decorre do fato de que $a=b$, e $b=c$, então... as raízes da ética têm uma relação direta (e incontornável) com a Memória. Pois é daí, desse *passado repetido*, que a Normatividade ganha sua força, de ser defendida *pela maioria*, ainda

que isso seja possível em razão de um ato de má-fé (*é errado mentir? Sim + você já mentiu? Sim*). Então, considerando os elementos desenvolvidos por Sartre sobre Memória e História em sua ontologia, e considerando que em *Raízes da Ética*, Moral e História *se confundem*, parece lícito aplicar essa chave de leitura, no sentido de repetir os três ek-stases da consciência intencional com respeito à Memória, aplicando-as à Ética: se essa suspeita for acertada, será possível mostrar ao menos três raízes da moralidade, equivalentes àquelas nas quais a Memória se radica. São elas: o *passado*, no sentido amplo, daquelas memórias herdadas desde o brotamento involuntário de ser (e assumidas com o advento da *idade da razão*) e que são nutridas pelo Grupo (Tabu), parte indelével da Cultura e força motriz da *normatividade geral*; em contrapartida desse passado *geral*, do qual cada indivíduo faz parte, a segunda raiz da ética a ser explorada é a *lembrança*, no sentido da apropriação *individual* da Norma, e sua *incorporação*, literalmente, pois somente se pode ser ético *a partir da corporeidade* (Ethos, Habitus, Hexis, Prática ou Práxis); a terceira raiz aqui apontada é o *museu*, no sentido Em-Si, termo adequado aos objetos *de memória*, que vão desde coisas livremente escolhidas para compor o acervo de um museu (e isso sempre tem uma função) até os *Símbolos da Lei* (Cruz, Constituição, Bandeira etc.), que incorporam sentidos da normatividade (ou a *Moralidade* mesma).²

Sartre lembra que *o homem é o porvir do homem* (citando Ponge, in SARTRE, 2017, p. 418). A tese da liberdade recusa todo recurso à transcendência, donde possa-se ter como axiomático que o mundo é, na sua totalidade, *inventado, realizado e mantido* pela ação de homens e mulheres; o mundo é invenção humana, do que decorre que tanto a História como a Ética padeçam do mesmo mal, a condição *paradoxal* de ser Ser-Para-Si, liberdade-situada. Então, a pergunta sobre a raiz da ética é, em 1964, *ainda ontológica*; ou, nas palavras de Sartre, a pergunta deve ser assim formulada: “qual é a estrutura ontológica da norma quando se a purifica da inércia do sistema?” (SARTRE, 2017, p. 422). A passagem sem barreiras do plano ôntico ao ontológico, característica que marca a metodologia de *O Ser e o Nada*, é aqui retomada sem retoques: a inércia do sistema é, assim, reedição explícita do *prático-inerte*, e

² A segunda raiz da ética e os objetos históricos serão, aqui, vistos de modo transversal; isso porque os objetos de memória expressam, de *per si*, a ambiguidade de ser Em-Si que preenchem a estrutura *fática* da Memória, o que se confunde com a Moral; ambas são, *em sua gênese*, a matéria mesma da *História*. Por isso, esse aspecto das raízes da ética será tratado na conclusão desse trabalho.

equivalente dos *hábitos* que perfazem o modo de ser-homem-ou-mulher-no-mundo. E, tal qual no caso do indivíduo, que somente pode encontrar seu Ego como um objeto *do mundo*, a moralidade também se apresenta como *dada*, como coisa, como Em-Si-Passado, ou seja, a moral reificada em Norma; mas, e isso a própria pergunta de Sartre sugere, ela pode ser *purificada* da *inércia*. Então será *movimento*, será *práxis* enquanto *escolha*; será liberdade, antecipo.

A história é, evidentemente, a primeira e basilar raiz da ética e de toda moralidade. Todavia, *histórico* pode ser dito de qualquer fato relevante *em seu futuro*, ou seja, fala-se ainda hoje da *crucificação de Jesus* porque, para os *cristãos* atuais, isso é relevante. E isso não é a mesma coisa que falar ainda hoje *sobre Dom Pedro I*, porque interessa aos brasileiros um marco de sua *independência de Portugal*. A diferença, abissal, é que do lado de Dom Pedro exige-se meramente a aceitação de que o início *institucional do Brasil* se deu com o *Grito do Ipiranga*, às margens de um rio no dia 7 de setembro de 1822; e isso é verdade, e pode ser *comprovado* com *objetos históricos*. Do lado da crucificação de Jesus é exigido muito mais: de vida eterna a não trabalhar aos domingos, de oferecer a outra face a alimentar famintos e visitar os cativos, de ser *bom*, enfim, e tudo isso *sem prova nenhuma*, nem mesmo de que o tal Jesus tenha existido. A normatividade advinda do feriado de 7 de setembro não vem da mesma *fonte* do, também feriado, *Sexta-feira da Paixão*; e, por óbvio que isso possa parecer agora, a verdade é que a invencionice religiosa (ou de qualquer outra ordem) é, *no e pelo* processo histórico, tornada tão real quanto a *História mesma*. Essa é a prestidigitação que confere à Norma seu aspecto de *real* (no sentido objetual, inerte, Em-Si), ainda que ela seja uma espécie de *rastro na areia*. Ou,

Como a história é a verdadeira unidade do sistema pela sua totalização prática, como ela é ao mesmo tempo o seu limite exterior e a verdadeira interioridade – pois ela se absorve por inteiro no sistema que ela mantém –, ela transborda todas as estruturas e todo o sistema social, ela é ao mesmo tempo a força motriz que os produz ao produzir através delas um porvir alienado e a *práxis* concreta que os contesta em nome de um porvir verdadeiro (SARTRE, 2017, p. 410).

A elaboração de Sartre é mais complexa, mais difícil, mas parece que trocando em miúdos, tem-se aí somados o modelo dialético de Marx e a tese da liberdade sartriana; é por isso que o *lugar da alienação* é, também, o único lugar para alguma *tomada de consciência*. E isso repete uma interpretação bastante plausível daquela pretensa dialética que ocorreria na

ontologia, entre *Ser-Para-Si* e *Ser-Em-Si* (vínculo negativo); como não há totalidade possível, seria uma dialética *sem terceiro termo* (SEEL, 1995). Dessa feita encontra-se novamente tais elementos dialéticos, e de novo não se pode tomar a negação anterior como solo a partir do qual determinada *realidade nova* brotou, pois não há, enquanto houver liberdade, nenhuma possibilidade de *evolução*, seja lá o que isso signifique. A história pode, sim, *andar para trás*, e tem infinitos lados e caminhos de fuga que se pode trilhar; e nada, nenhum homem ou Razão, nem mesmo a ilusão dos idealistas pode dar cabo ou explicar minuciosamente a história, menos ainda *antevê-la*. A liberdade, por sua vez, entra como um complicador naquele modelo escalonado da dialética da história, o que perverte totalmente qualquer ordem que obedeça a qualquer *noção prévia* (ou *total*) do *sentido da história* (sua verdade). A práxis, na sua pureza, produz o futuro, mas não *qualquer futuro*, isso é idealismo; trata-se do futuro *desse presente*, a partir das demandas *dessa liberdade*. Negar a realização do porvir-escravo pode ser a fuga para Palmares, por exemplo, decisão cabível ao homem escravizado; e será combatida *pelo mundo todo* (mundo colonial). Pois a *realidade prática do agente histórico* que “se manifesta através de todas suas atividades particulares” (SARTRE, 2017, p. 423), é, enfim, a história *se fazendo* (sendo feita) a partir de seu embate com a *memória*: sem afirmação ou negação presente, o passado simplesmente não é (ele é *memória*, pode ser desfeito, alterado em sua narrativa); sem o passado, presente nenhum *jamaís poderia ser*: esse é o núcleo do paradoxo ético explorado por Sartre.

Porque sofre dos mesmos *males* que a memória, a história jamais será o lugar adequado para buscar por sua verdade; ainda assim, ela é o único lugar possível (e que possa interessar) para algum sentido moral, ou ético para a existência. Então, o que faz o presente parecer uma consequência necessária do passado não é mais que sua repetição; e, por certo, isso se realiza pelo engessamento da práxis em *prática repetida*, quase mecanicamente: a perspectiva nietzschiana, lembra Sartre, explica-se pela *recusa* do movimento (liberdade) em favor de um *Eterno Retorno* (Vontade, SARTRE, 2017, p. 414); com isso, de acordo com Sartre, Nietzsche segue decidindo um caminho para algo *natural, pré-histórico*, abaixo, enfim, do ser humano. Ainda que Nietzsche proponha um contraponto à moral cristã, ascética, negadora da vida, parece plausível que a *vontade de poder* não possua um conteúdo *ético* sendo, no máximo, uma abertura para a *criação* ou *transvaloração de valores*; trata-se *apenas* de afirmação da vida

(*Dioniso contra o crucificado*). Essa também é a razão para Sartre rejeitar o modelo da *práxis de todos os homens associados*, modelo pacificador da *tensão*, proposto pelo *idealismo de 1948*: todos os homens e mulheres são liberdade (Ser-Para-Si), e existem e somente podem existir em *grupo* (Ser-Para-Outro); ainda, o sentido original de Ser-Para-Outro é o *conflito*, vale lembrar. Então, será a liberdade mesma a mover a história, a inventar e manter suas memórias, a defender ou rejeitar qualquer moralidade via luta (contradição, processo *negativo*); mas, afinal, que conflito social prescinde da dicotomia entre História e Memória?

Brevemente, essa crítica também se aplica ao estruturalismo, pois, se a história é *um produto interno do sistema*, poderia haver tantas histórias quanto fossem os grupos humanos; a história é, nesse processo, *subordinada à ordem estrutural*. É porque desprezam a liberdade nessa equação que o futuro “resta previsível, mas dentro de limites bem definidos, no sentido positivista. Nesse sentido, ele se encontra já no passado” (SARTRE, 2017, p. 410); na formulação enigmática, *o Ser futuro* estaria implicitamente *presente no seu passado*, o que nega tanto a liberdade presente como a liberdade passada que, efetivamente, foi aquela que livremente constituiu cada uma das estruturas indicadas (ou *sua temporalidade* e, mesmo, sua *história*, ainda que para repeti-la indefinidamente). Note-se, ainda, o caso do Comunismo: a história da liberdade revela sentidos múltiplos, mundos possíveis de um possível infindo de *ser-homem-no-mundo*, enquanto o *marxismo ortodoxo* exclui, dialeticamente, *possíveis* vários em troca de um *duplo futuro*; um deles, *intraestrutural* (local), que vem aos homens do Sistema no qual eles estão inseridos, e outro, *indefinidamente distante*, que indica desde agora o que fazer, “não mais pela construção do sistema (mesmo que fosse o sistema socialista), mas sobre a ruína de todo o sistema -, isto é, o homem comunista é seu próprio produto” (SARTRE, 2017, p. 411). Assim, é porque faz memória de seu *projeto* que, ao mesmo tempo, o Comunismo permanece como *tarefa futura que se realiza agora* (ou, desde agora). Práxis sem liberdade tende, também, a tornar-se mera *repetição*.

O passado é *feito memória* ou, na contrapartida, a memória *histórica* revela o passado; e, seja na acepção marxista, estruturalista ou idealista, será a liberdade aquela que encarcera o *porvir ético*, que é incondicionado; e o faz pela petrificação de memórias (a *práxis* feita *repetição*). “Assim, do ponto de vista da história, os costumes são falsamente repetitivos: eles se reproduzem como outros e com outros sentidos dentro de um sistema que a história conduz

e desloca e sua própria repetição, quando tudo muda, é o indício do desmembramento do sistema” (SARTRE, 2017, p. 415). Isso explica, além da remissão ao *verdadeiro sentido* da história (liberdade), a separação que Sartre propõe entre o que nomeia *homem histórico* (práxis-livre-situada) e *homem da repetição* (produto de seu produto); ou, “do homem histórico contra ele mesmo enquanto ele é, pela alienação mesma, cúmplice dessa repetição e produto de seu próprio produto” (SARTRE, 2017, p. 419). A condição paradoxal de toda ética, que é história e é memória, permanece: é *do homem incompleto e alienado* que somos, por sua práxis, que a Ética deverá brotar; e subsistir, afinal, *a antiphrasis é ela mesma a história*, luta infinda entre Para-Si e Em-Si, ante o Para-Outro em vias de realizar (sem jamais concluir) o *ideal* Ser-Em-Si-Para-Si. A ontologia, sem retoques.

Assim, entende-se que Sartre coloque-se frontalmente contrário à tese de que o homem seja *produto de seu produto*: no princípio, *tem de ser liberdade*. O tema da Moral coloca Sartre e Marx (ou, *marxistas*) em campos diametralmente opostos: de um lado a existência, pautada por escolhas (livre, portanto, responsável), pois ser-homem-e-mulher é ser-liberdade; de outro, a ilusão da escolha e da moralidade, afinal homens e mulheres estariam condicionados por infraestruturas que desconhecem e não dominam. Até caberia aqui perguntar a Marx sobre essa aparente *irresponsabilidade* aplicável a homens e mulheres que, efetivamente, fazem a história; mas é mais interessante, considerando a economia interna da conferência de Sartre, inverter a pergunta, e direcioná-la a Sartre mesmo: se a consciência é intencional, é um mero *fluxo negativo em direção a*, e é daí que pode brotar livremente o ato ético (ou não), como explicar que, no mundo, os valores não somente estejam arraigados no mais profundo de cada Ser-Para-Si como são, também eles, os únicos capazes dar sentido (ou justificar) uma existência? Segundo Sartre, é preciso voltar ao *início*, às raízes da moralidade, e refazer sua *memória*; de fato, a investigação fenomenológica da moral revela a experiência da Normatividade que, por sua própria estrutura, é ambígua: o futuro é incondicionado, todavia é limitado.

A inspeção fenomenológica mostra que os possíveis (porvir) acabam redundando em mera repetição e, ainda assim, mediante a *força das coisas*, Sartre insiste no princípio da liberdade, deixando a resolução dessa contradição nas mãos do *processo histórico* (a Ética coincide com o sentido da História, que é a Liberdade mesma). Ora, se *morais alienadas* podem ser *dissolvidas* pela ética *verdadeira*, o sentido próprio da história não seria constituído, mantido

ou superado em razão da *memória* que dele se faz? Essa é uma perspectiva aqui explorada, na medida em que o homem não é *consequência* de si, mas *escolha de si mesmo*; se homens e mulheres fossem mero *produto de seu produto*, não haveria moral possível (SARTRE, 2017, p. 396). Apenas sem liberdade a moral pode ser pensada como resultado de certo *adestramento*, um *condicionamento profundo* advindo das *infraestruturas* que, ainda assim, decidiria o futuro. Ora, quem está efetivamente se iludindo, Sartre ou Marx? O primeiro admite que há condicionamento social, embora indique que ele age *contra* a liberdade e, fiando-se em sua ontologia, identifica existir (ser-homem-no-mundo) e liberdade; o segundo, por sua vez, chama a atenção para o plano da *necessidade mais básica* para existir, ou subsistir a partir de uma produção *fundada nas relações e instrumentos de trabalho*. Mas isso não é, também, memória? Os museus estão repletos de instrumentos de trabalho que, pelo próprio encaminhamento do processo histórico, são hoje, literalmente, *peças de museu*.

Para Sartre não há o *homem-livre-modelar*, essa *ideia abstrata e universal*, bem ao gosto do idealismo (1848); nem aquele homem, mero *depositário do passado*, nascido num mundo social *constituído segundo as leis da dialética histórica*. A psicanálise existencial vem a calhar: a parcela analítico-regressiva, somada à síntese progressiva permite “deixar de lado ‘morais decretadas’ (Kant e Nietzsche), pois universalizam ‘impulsos e movimentos’ singulares” (SARTRE, 2017, p. 398), para dar voz à liberdade. A ontologia volta a dar as cartas, dessa feita contra toda noção de *positivismo social*, que faz homens e mulheres aparecerem a si mesmos como *o tempo e o espaço*, exteriores a si; nesse sentido, a norma é, também, *minha possibilidade de me produzir sujeito*. Noutros termos, a liberdade situada existe como *possibilidade incondicional do futuro*, que permanece sendo meu possível, *tenha sido qual for* o meu passado. É justamente a liberdade que atua eficazmente tanto no plano histórico como no âmbito da memória, que estará entrelaçada nas estruturas de ser que se revelam concretamente no mundo: a ambiguidade do valor se radica justamente nessa *impossibilidade de identificação consigo*, própria do Ser-Para-Si, e que é levada ao Ser pela liberdade; afinal, frontalmente contrário à determinação social, Sartre afirma não haver “*nenhuma ordem de determinação*, visto que: o sujeito possível do ato normativo não é afetado na sua possibilidade. Ele se constitui assim como porvir independente de todo passado, melhor: como porvir exigindo instaurar-se sobre as ruínas do passado” (SARTRE, 2017, p. 402).

A norma aparece como porvir puro, pois no fundo o que rege ser-homem-no-mundo é a escolha, pautada na liberdade que *ele mesmo é*: ilumina-se o presente *pelo porvir*, ou em vista dele. Assim, *o porvir puro não é cognoscível nem previsível*: o futuro não foi preparado por outrem, é *porvir por fazer*; do mesmo modo, a Normatividade, por irresistível que seja, é ainda corroída pela contingência do fato histórico. Ou seja, é pela memória que o passado permanece sendo atualizado, ainda que sua atualização tenha aspecto de permanência do mesmo, que é igual, mas sempre novo; seguindo o mesmo sentido, a moral também se atualiza no ato de sua corrosão (negação prática de um futuro ideal), pois também será da negação do *status quo* que o futuro será feito; o passado, a memória, são incontornáveis nesse plano, pois a ética lança aí suas raízes sendo, portanto, *ambígua* por levar consigo a mesma ambiguidade de Ser-Para-si, que *é o que não é e não é o que é* (distensão temporal): sou meu passado *não mais o sendo*, e sou meu futuro *não o sendo ainda*. No *atmo* presente, esmagada pelo passado e demandada pelo futuro, a liberdade atua eticamente; ou, dito de outro modo, é pela memória que a moralidade, seja normativa, seja coercitiva, seja indicatória, pode se insinuar no mundo, na medida em que a “norma enquanto possibilidade necessária se opõe, particularmente, à contingência puramente assertórica do fato” (SARTRE, 2017, p. 403). Repete-se aqui um preceito pétreo da ontologia: ser-no-mundo implica uma necessidade entre duas contingências, pois, se para ser-homem é necessário *ser-no-mundo*, é absolutamente contingente que *esse homem ou mulher* seja, como também contingentes são as estruturas *atuais* do mundo (que, por isso mesmo, *sempre se atualiza*, em sua permanência).

Mesmo assim é preciso ficar claro que as normas não são ideações, mas sim *fatos*; melhor, a normatividade finca-se no fato, ou *fatos de repetição*: *habitus*, *ethos*, *hexis*, memória, enfim. A sociedade instituída confunde-se com seus valores e imperativos pois, em situação, o *porvir incondicionado aparece também como passado de repetição*; então, se parte das raízes da ética pode ser encontrada no passado, é justamente porque as experiências pregressas constituem uma *memória* que tem sua *prática de conduta (hexis)* incorporada (no corpo, literalmente); colocando-se todo o peso dessa *encarnação* da ética “devolvemos o passado ao passado e o imperativo se torna uma descoberta do porvir como desqualificando o passado”, e, ao mesmo tempo, “esse porvir que estabelece minha possibilidade incondicionada de me produzir em interioridade, a põe como tendo sido um imperativo respeitado pelos indivíduos

das gerações anteriores” (SARTRE, 2017, p. 404 ambos os trechos). Então, é via memória, em sentido amplo (história), que a Moral se realiza, seja pela *boa execução do papel ou função social*, seja afrontando-o.

Sartre não titubeia: o homem não se desfaz como um desenho na areia, ele ainda *está por fazer* (SARTRE, 2017, p. 423). História é historiarização, mostra Sartre em *O Ser e o Nada*: via-se já ali a identificação irrestrita entre práxis individual e constituição do mundo, pois o filósofo mostra que a história (ciência) precisa haver-se com a gênese de sua singularidade (são práticas singulares que constituem o universal pois, o ponto de partida é, e somente poderia ser, a liberdade). Para Sartre a história se faz a partir de cada homem ou mulher, em seu ser e por suas escolhas, e isso está referendado ontologicamente por seu modo de ser (Ser-Para-Si); é assim que, nas palavras de Sartre, “é escolhendo-se e historiarizando-se no mundo que o Para-si historiariza o próprio mundo e faz com que este fique datado por suas técnicas” (SARTRE, 2011, p. 639). Então, do ponto de vista onto-fenomenológico, a história funda-se na existência; todavia, na mesma medida, é preciso dizer que a existência *se funda* na história (situação): a condição ambígua de toda ética o mostra. Seja no plano moral, ou ético, ou dos costumes ou mesmo das Leis, o que se tem é *multiplicidade*; aquilo que é crime aqui é bem aceito acolá, aquilo que, aqui, é falta de educação ou indiscrição será muito bem-visto e esperado logo *ali*, depois de alguma fronteira. Pois, e nisso Sartre é categórico, tanto o mundo como *ser-homem-ou-mulher-no-mundo* decorrem da liberdade; e haverá tantos modelos de ser-homem-ou-mulher, e tantos modelos de mundo a ser habitado por esses homens e mulheres quanto for a criatividade humana que, parece, não tem fim.

Não há, de princípio (antes das colonizações e globalização), qualquer regra *humana* que seja *universal*, sequer naquilo que pode parecer óbvio, como a vida (Seppuku, ou Haraquiri, p. ex.)³; nunca houve modelos de *realização* (ou felicidade) que pudessem ser generalizados:

³ Além dos *suicídios por honra guerreira*, inventados pelos japoneses *contra a vida*, é preciso considerar a absoluta contingência de ser-no-mundo, sobretudo quando se trata de falar em valores; note-se, ainda como exemplo, o caso seguinte: “O uso desenfreado da talidomida aconteceu depois que as autoridades médicas da Alemanha licenciaram o medicamento para a venda sem receita, permitindo que as pessoas comessem a tomá-lo para tratar uma série de doenças, como pneumonia, resfriados, gripes e, principalmente, aliviar os enjoos da gravidez. Com a fabricante do medicamento alegando que ele era totalmente seguro, mesmo durante a gravidez, o resultado foi o de milhares de abortos espontâneos, defeitos congênitos graves em bebês e lesões nervosas. (...). De acordo com os estudos, a talidomida ingerida no 20º dia de gravidez, por exemplo, causou danos cerebrais centrais, e a partir daí danificou olhos, orelhas, rostos, braços e pernas até o 28º dia. O medicamento só não causou danos ao feto

puдера, a liberdade situada será o vetor do futuro que é *inventado*, escolhido e realizado pela práxis que, em situação, é *comum*, fazendo com que existam tantas visadas de mundo quantas forem as *culturas* e, no limite, o número de mundos possíveis engloba a cifra inimaginável da soma das visadas de *todos os homens e mulheres que existiram, existem ou vierem a existir*. Não caberia “encontrar no mais profundo da realidade humana, quer dizer, na sua animalidade mesma, no seu caráter biológico, as raízes de sua condição ético histórica” (SARTRE, 2017, p. 426)? Não. Justamente por *ser-liberdade*, todo homem e toda mulher, ainda que tenham familiaridade, quiçá *identidade* biológica (gêmeos), será gestado e constituído a partir de um *sentido-mundano-concreto* totalmente diverso; e isso não se restringe, absolutamente, aos aspectos de constituição da vida, mas apontam para algo ainda mais sutil: a *normatividade*. Ou,

É assim que, por exemplo, o imperativo (honra) moral é sobreposto ‘à própria vida’, pois esse seria o preço para – em última instância – cumprir a normatividade. Isto significa que, em vez de receber suas determinações do exterior como uma bola atingida por outra, ele se determinará contra elas como unidade sintética a partir de outra unidade sintética de interioridade: o imperativo ou o valor (SARTRE, 2017, p. 401).

O biologismo, mesmo se assentado na sua versão generalista (vida), não pode explicar a existência; e, do mesmo modo, cumpre lembrar à antropologia, à arqueologia e, sobretudo, à história e sociologia, que é ineficaz, senão absurdo, descrever a aventura humana a partir leis, determinações ou estruturas, afinal o que se tem e se pode ter, no princípio, é liberdade: é da liberdade mesma que a normatividade arranca sua força. Isso leva diretamente à ambiguidade apontada por Sartre no existir (experiência), pois no mundo convivem a *incondicionalidade* do imperativo ético e a *inevitável condicionalidade* de toda escolha (*ato* ético). A incomensurabilidade entre ontologia e *disciplinas auxiliares* não justificaria a manutenção de uma norma que *limita* ou *provoca sofrimento*; afinal, é isso que faz a norma. Entretanto, como a normatividade se assenta, também, na liberdade, ela se *esparsa* entre milhares de homens e mulheres (Para-Sis), e isso realmente realiza a *ética* (que, como visto, coincide com a história e, portanto, é memória). Isso significa que a má-fé faz sim parte da tessitura social; e isso não

quando foi tomado após 42 dias de gestação. Demorou vários anos para que fosse estabelecido uma conexão entre o uso da talidomida ao longo da gravidez e as milhares de crianças que nasceram deformadas” (ARAÚJO, 2021; ver, ainda, INVERNIZZI, N. & MORO, 2017). Considerando essas deformações, e a *possível vida* dessas crianças, seria então justificável o aborto? Ou, como já foi feito em tempos de antanho (mas permanece na memória e, talvez, prática de alguns grupos indígenas), caberia *matar* essas crianças?

se resume aos *papéis sociais* que são impingidos (ou exigidos) a todos e todas: há ambiguidade da experiência ética, pois, a respeito de toda regra, “são os mesmos indivíduos (todos ou quase todos) que as mantêm e que não hesitam em violá-las” (SARTRE, 2017, p. 399). Saber o que é o Bem jamais exigiu praticá-lo, lição sábia e *moralista* que Aristóteles direcionou a Platão.

A práxis liga-se, diretamente, à moralidade, do mesmo modo que a ética deverá coincidir com a história: ambas são feitas do mesmo material, a *escolha humana situada* ante o Em-Si que *se faz memória*. Claro, não se nega que a *indiferença do Em-Si* em seu ser-opaco possa, de certo modo (escassez), *encaminhar* as escolhas humanas: o povo Himba, da Namíbia, *inventou* a Cultura do *banho de fumaça* em razão da falta de água; nem por isso deixaram de visar, individual e grupalmente, *estar limpo e cheiroso* para os demais membros do Grupo, algo que, para o *mundo-himba*, faz todo sentido. As fragrâncias conseguidas com esses banhos são agradáveis, exigem técnica apurada e, inclusive, fazem parte das *distinções sociais* inventadas pelo Grupo; fazem mais: na prática, a fumaça combate microrganismos da pele, tendo efeitos similares ao *banho com água e sabão*, garantindo *sua saúde*. Entra em cena a cultura (mundo), resultado de livres escolhas que, claro, somente poderiam ser efetivas a partir do Em-Si: suas casas, circulares, são feitas com uma mistura de barro e esterco, abundante e adequado para proteger da forte variação de temperatura; mas será seu Deus, Mukuru, quem efetivamente *governará sua vida*. Ainda que esquematicamente, o quadro está completo: é do Em-Si, e por sua negação, que o Para-Si faz mundo; e o faz livremente, a partir de sua situação. E se o frio ou calor extremo explica sua casa, e se a falta d’água indica a razão da invenção do banho de fumaça, será sua liberdade – e somente ela – aquela que inventa um Deus, para justificar, explicar, mitigar, *alienar*, enfim, a liberdade mesma.

A antropologia cultural explora *in loco* essa expressão genuína da liberdade, concluindo que a diversidade cultural mostra não haver, no mundo fenomenológico, uma *natureza universal*, ou *humana*; o que há é a particularidade das construções simbólicas (e *estruturais*) de cada sociedade. Não muito longe daí, Sartre define Moral com precisão: é “o conjunto de imperativos, valores e juízos axiológicos que constituem os lugares-comuns de uma classe, de um meio social ou de uma sociedade inteira” (SARTRE, 2017, p. 399). Assim, é pela práxis que homens e mulheres *negam o Em-Si*, negam o *subhomem* que recebem quando de seu nascimento, negam a situação na qual *brotam involuntariamente*; nem por isso vale dizer que o

mundo *é mais velho* que o homem, afinal, são (e somente poderiam ser) *contemporâneos*. O ato de *criar mundo* remete, sempre, a aceitar ou rejeitar, a lembrar-se ou esquecer, a cultivar ou combater *livremente* e, com isso, não apenas o Em-Si e a facticidade são negados no mesmo ato de sua revelação, como as *estruturas de mundo*, por sólidas que pareçam, não são mais que a *fuligem* de escolhas pregressas que ficam na arma depois de disparada. Mesmo assim, algo permanece: a determinação e sobredeterminação continuam no prático-inerte de cada experiência mundano-concreta, mas são os próprios homens e mulheres quem “os produz pela objetivação de sua práxis que se inscreve no mundo inorgânico, como um carimbo” (SARTRE, 2017, p. 410); e isso, em medidas diversas, aplica-se tanto à placa *não pise a grama* como na Lei, tornada *carimbo* pela práxis do Grupo, origem mesma de toda religião, ou da exigência de *respeito* aos livros sagrados (*a palavra*). A inércia do Em-Si resiste pela *prática*, o que parece evidente, tem consonância com o imaginário; a transmissão disso, parece também claro, é a força exercida pela geração atual sobre as novas gerações. Mas o que dizer dessa manutenção de *valores, normas e imperativos*?

A Bíblia, tal qual a Constituição Federal, é Em-Si, ambos são meros livros, como tantos outros; no entanto, para o crente ou para o cidadão, os dois livros funcionam como *diretrizes* para existir na cidade dos homens, ou para ir à *cidade dos Céus*: a liberdade será, nesses e em todos os demais planos da moralidade, sua via de chancela; pois, cumpre lembrar, para Sartre homens e mulheres não escolhem separadamente seu mundo, ou seu ser e seus valores, mas esses aparecem entrelaçados no Ser-Para-Outro e, claro, no infinito número possível de visadas de um determinado objeto, ou situação, ou valor. Em igual medida, ou talvez ainda mais amplo, é o plano dos *possíveis* humanos: o sistema capitalista *impõe* à maior parcela da população a condição de *proletário*, o que aparece (sem a devida mediação) como *destino*; mesmo assim, conforme seria para Marx, esse mesmo proletariado leva consigo, como *possível*, o futuro puro, visado como eliminação daquele *porvir repetitivo* da história do capitalismo. Assim, o *proletariado carrega* desde sua constituição *a morte da classe burguesa* porque, como se percebem no mundo como parte de um sistema no qual a repetição da vida é, para eles, insatisfatória (ou cheia de penúrias), somente eles poderiam se ver *diferentes* no futuro (o capitalista, satisfeito, evidentemente não está afeito a mudanças). Ainda, tanto o negro escravizado como a mãe proletária cuidam de ensinar a seus filhos e filhas qual é o *seu papel*

no sistema. E o farão em consonância com a religião, com a Lei e com todos os hábitos e costumes de um determinado grupo; e isso que permanece do passado *deverá continuar* no futuro, pois como história e moralidade são um e mesmo fenômeno, ambas serão realizadas pela *memória*. É a lembrança da multa, ou da educação para a cidadania, ou o que for, que garantirá o *poder* à placa para não pisar a grama; na mesma medida, a *memória dos deuses* deve ser *relembrada* todas as semanas, além de fazer com que o ano seja movido pelo *movimento transcendente* de determinada crença. A religião perdeu suas origens no tempo, mas a origem da democracia pode ser rastreada: são *evidentemente* (evidência fenomenológica, Deus não existe, mas existe o *fenômeno religioso*) invenções e, todavia, pautam a existência e o modo de ser de homens e mulheres, justifica guerras, massacres, injustiças... moldam o ser-homem-e-mulher em sua sexualidade, em suas escolhas de consumo e, até mesmo, em seu ser-no-mundo. Isso se explica:

É o que poderíamos chamar de reificação da práxis ou [...] reino do prático-inerte. E esse prático inerte é constituído fundamentalmente pela práxis passada inscrevendo-se na coisa e sendo sustentada por ela, ao passo que a coisa ela mesma (a estrutura) é sustentada por meio de Outros (SARTRE, 2017, p. 412).

O termo memória sequer aparece no trecho hora analisado, mas parece bem adequado perguntar: não é a memória da estrutura passada que hipostasia o futuro do homem ou mulher nascidos? O religioso, fazendo memória de seus ancestrais, mantém a religiosidade como parte de seu ser, mesmo ante todas as evidências de que Deus não somente é invenção, como não *participa* dos rumos tomados pela história e, sobretudo, jamais (pois não existe!) decidiu, indicou ou mesmo *exortou* a humanidade a *nada* daquilo que é dito em seu nome; tal qual no contratualismo, onde a Lei aparece como acordo de antanho, feito por um Grupo e, decididamente, ensinado e *exigido* de todo e cada cidadão. E quem exige senão *outrem*? O Ser-Para-Outro, descrito na ontologia com alguma margem para que Merleau-Ponty visse nisso mero *sobrevo*o da realidade, não se presta a equívocos quando retomado na *Crítica da Razão Dialética*: a descrição ideal da gênese do Grupo (Escassez, Grupo em fusão, Fraternidade-Terror e Instituição) mostra que, via repetição, são os pais que comprometem o futuro de seus filhos; assim, o destino não escapa da pecha de *escolha*, e nenhum *mundo*, por intragável que seja, não poderá ter outra fonte senão a *manutenção de escolhas pregressas*; memória, enfim.

É pela memória que os museus estão repletos de objetos, como também são memoráveis as histórias (a História) que retratam a transcendência (deuses e demônios *inventados* e repetidamente invocados) e, no limite, movem as escolhas situadas dos indivíduos. Assim, é pela práxis, que é de cada um e de todos, que a liberdade é colocada *a serviço da* coisa (ou Lei, ou crença ou etc.). “O imperativo é, portanto, a coisa ditando as suas leis à práxis na medida em que é mantida pela ação dos outros”, práxis *cristalizada* que “se aprisiona no produto manufaturado, enquanto ela se faz retomar como uma função inerte que exige ser desempenhada pelas novas gerações” (SARTRE, 2017, p. 413). É no presente que o futuro das novas gerações (ou dos jovens e crianças filhos de proletários) é hipotecado, ainda que as razões profundas desse fenômeno devam ser buscadas no passado: os contratualistas já tinham utilizado essa falácia, na medida em que tornavam os filhos obrigados a cumprir as escolhas de seus pais; e não é mesmo assim? Eromeros e erastes, na antiga Grécia, ou mesmo a *educação religiosa* na contemporaneidade, são exemplos disso: são os pais, ou os adultos, aqueles que farão memória do passado, e que *lembrarão* insistentemente aos jovens de suas *obrigações*; também serão eles os juízes e aplicadores da pena impingida ao *diferente* que, no caso, nada mais fez do que exercer seu ser-livre de maneira diferente do *rebanho*. Termo forte, por certo, mas ilustra claramente o papel de usurpação da liberdade das sucessivas gerações, como se fez com o boi que, castrado, engorda no pasto para ser abatido, quando comparado ao *touro de Lide*. Certo é que, no exemplo, ambos morrem de modo covarde, tanto no abatedouro como na tourada; mesmo assim, mal comparando, serão rebeldes os touros cabendo-lhes *a Plaza* e o espetáculo, sendo bois e vacas sacrificados às escondidas para serem alimento. O mundo humano, em sua moralidade, permanece ileso.

A classe dominante afigura-se como *refém* do modelo que criou; isso significa, noutras palavras, que não há, para ela, porvir *puro*, pois, seu *ser-de-classe* exige a manutenção do passado (conservar); já as classes dominadas têm, ao menos, *dois porvires*: “Um que aparece no interior do sistema, imperioso e cogente: encontrar trabalho, alimentar sua família, garantir seu salário, etc. O outro que se manifesta como puro porvir e total pela rejeição do sistema e produção de um outro sistema” (SARTRE, 2017, p. 411). A elite, não importa o grupo ou o estágio, está submetida às regras (vantajosas) que ela mesma inventou; a rale deverá, a duras penas, fazer coexistir duas possibilidades, das quais afigura-se a manutenção do que é ou,

talvez, trilhar o caminho revolucionário.⁴ O risco, ou preço a ser pago, envolve a vida; ainda assim, não faltam exemplos de revolucionários e revolucionárias que morreram por determinada causa: de novo, a vida não é (nem pode ser) valor absoluto, e em situação, definitivamente, pode ser justamente a algema *factual* da qual alguma liberdade precisa escapar (note-se o caso das doenças graves e degenerativas). Mas, para ambas as posturas, tanto a do revolucionário como a do conservador oprimido (pobre de direita), será a liberdade seu motor e sua razão; ainda, será ela que também vai tratar de inventar as *razões* que justificam essa escolha, e não qualquer outra (iguais termos não se aplicam ao opressor que, para ser, necessita *manter* as estruturas sociais). E tudo isso seria de uma clareza cristalina, não fosse a espessura de cada *situação* vivida, seja relativa à História ou à vida de cada homem ou mulher, a *sua memória*; nada mais acertado, portanto, que chamar de aventura individual a existência em suas peculiaridades. Isso remete, sem mais, à *aventura do Grupo*, da qual se faz memória; ora, isso não é justamente a história?

Considerações finais

Fazer memória do passado é historiar, sendo a história o relato *minimamente verificável via fenomenologia* do que se passou (ou ter-se-ia passado) com determinado Grupo. A ambiguidade se repete no jogo de interesses (liberdades), fazendo da História “o combate rigoroso do prático-inerte e da práxis. Cada um dos dois termos triunfa por seu turno, visto que a práxis ao se objetivar na materialidade inorgânica é absorvida pelo prático-inerte que a condiciona e a aliena, e visto que essa alienação é contrariada pelo fim mesmo em nome da qual ela é produzida” (SARTRE, 2017, p. 414). O conflito, esse sentido original do modo de Ser-Para-Outro, reaparece na sua formulação dialética: o mundo, feito por homens, faz homens que deverão *manter e realizar* esse mesmo mundo. Não há determinação, parece claro, senão aquelas mesmas inventadas, ensinadas e mantidas pela liberdade.

⁴ “É hoje inegável para qualquer pessoa que tenha ido à avenida Paulista, ou a qualquer das grandes avenidas das grandes cidades brasileiras, protestar só contra Lula e o PT que a corrupção era fachada para o verdadeiro objetivo das classes médias, que era interromper o projeto de ascensão social dessas classes para que continuem sendo – exatamente como os escravos do passado – odiadas, superexploradas e desprezadas” (SOUZA, 2017, p. 60).

Ética é negação da práxis, ainda que seja, também, a própria práxis: esse é o paradoxo; pois aquilo que impele a mudança brota da mesma fonte que exige a permanência: a liberdade mesma. Assim, *a práxis* enquanto constitui a ética, é libertadora (visa o futuro puro), mas no processo histórico, pelo concurso da liberdade (que demanda o *diferente*), ela mesma se faz determinação, limite, repetição. É assim que, mesmo tendo os parcos recursos da fenomenologia, e não cabendo aqui remeter ao transcendente ou a qualquer *ideia reguladora* (mesmo que dialética), Sartre deixa a nu a *armadilha*, que promove a mutação da práxis em *repetição*, fazendo do *ser-passado* o destino, seja de indivíduos, seja do próprio mundo. Na formulação de Sartre, “o ser em anterioridade e em exterioridade se propõe, falaciosamente, ao agente, como o ser a realizar por um sujeito de interioridade” (SARTRE, 2017, p. 405); segue-se daí que, assim como o agir ético, também a má-fé (e ignorância) participa ativamente na constituição da História, afetada de memória e coincidente com a Ética. Então, à pergunta, *o que quer dizer, no fundo, essa palavra história*, responde-se desde a ontologia fenomenológica: é liberdade. E, para concluir, vale lembrar que

o êxito não importa em absoluto à liberdade. A discussão que opõe o senso comum aos filósofos provém de um mal-entendido: o conceito empírico e popular de ‘liberdade’, produto de circunstâncias históricas, políticas e morais, equivale à ‘faculdade de obter os fins escolhidos’. O conceito técnico e filosófico de liberdade, o único que consideramos aqui, significa somente: autonomia de escolha (SARTRE, 2011, p. 595).

A liberdade, essa autonomia, move a invenção e manutenção de memórias que, por sua vez compõem a história. A ética é o rastro deixado pela liberdade passada, que pode (ou não) adentrar o presente e determinar o futuro; também pode hipotecá-lo (negar o futuro puro, os *possíveis* do mundo). Assim, a ética é a luta indefinida entre liberdade e determinação no seio da existência; *práxis-situada* ou mera repetição.

ARAÚJO, J. C. **Escândalo da talidomida: o remédio que deformou milhares de bebês.** 2021. Mega Curioso. Disp.: [Escândalo da talidomida: o remédio que deformou milhares de bebês - Mega Curioso](#)

INVERNIZZI, N. & MORO, A. **A tragédia da talidomida: a luta pelos direitos das vítimas e por melhor regulação de medicamentos.** Biblioteca Virtual da Saúde. 2017. Disp: [A tragédia da talidomida: a luta pelos direitos das vítimas e por melhor regulação de medicamentos | Hist. ciênc. saúde-Manguinhos;24\(3\): 603-622, jul.-set. 2017. | LILACS \(bvsalud.org\)](#)

SARTRE, J-P. **As raízes da ética.** Conferência no Instituto Gramsci (05/1964). Trad. P. C. T. Lacour et all. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, Brasília, v.5, n.2, dez., p. 393-427, 2017 [Les Racines De L'éthique: Conférence à L'Institut Gramsci, Mai 1964. Études Sartriennes, n. 19, 2015, pp. 11-55]

SARTRE, J-P. **Cahiers pour une morale.** Paris : Gallimard, 1983.

SARTRE, J-P. **Crítica da Razão Dialética.** Trad. de Guilherme J. de F. Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 (*Critique de la Raison Dialectique*, 1960, Gallimard).

SARTRE, J-P **Morale et Histoire.** Les Temps Modernes, Juillet-octobre, n. 632-633-634, Paris: TM, 2005b.

SARTRE, J-P **O Existencialismo é um Humanismo.** Trad. Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (*L'existentialisme est un humanisme*. Paris: Nagel, 1970).

SARTRE, J-P. **O Ser e o Nada** – Ensaio de Ontologia Fenomenológica. 20ª. ed. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011 (*L'Être et le Néant – Essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: Gallimard, 1943).

SARTRE, J-P. **Saint Genet – ator e mártir.** Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis: ed. Vozes, 2002a (*Saint Genet, comédien et martyr*. Paris : ed. Gallimard, 1952).

SEEL, G. **La dialectique de Sartre.** Col. Raison Dialectique. Lausanne : ed. L'Age d'Homme, 1995.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.